



# **TERMO DE AUTUAÇÃO**

## **PROTOCOLO DO PROCESSO**

### **022849/2025**

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:  
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 9a5209bb-b374-4caa-b601-58bee8a5fce4

<b>AUTUADO EM</b>	<b>Quinta-feira, 26 de Junho de 2025</b>
<b>LOCAL DA AUTUAÇÃO</b>	<b>LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO II</b>
<b>AUTUADO POR</b>	<b>LOUISA SPITZ</b>
<b>INTERESSADO (S)</b>	
<b>CFC COM. DE PRODUTOS MEDICOS</b>	

#### **RESUMO**

*Recurso PE nº 90.004/2025 - PA nº 23.401/2024 - CFC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 38.082.407/0001-88*

**DATA:26/06/2025**

**SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP N.º 90004/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.401/2024**

**CFC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 38.082.407/0001-88, com sede na Quadra 03 Conjunto A Lote 39 - Setor de Indústrias Bernardo Sayão, CEP: 71.736-301, Núcleo Bandeirante, Brasília/DF, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, interpor o presente:

### **RECURSO ADMINISTRATIVO.**

Em face da habilitação da empresa **TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA**, CNPJ: 40.064.261/0001-90, relativamente ao **Item 32** do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.004/2025**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

### **I – DOS FATOS**

1. A empresa **TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA** foi **indevidamente habilitada** para o fornecimento do **Item 32** do certame, referente à aquisição de **Máscara Descartável com Clip**, cujas **especificações técnicas** exigem:

#### **Item 32 – Máscara Descartável com Clip**

Máscara descartável com clip, eficiência de filtragem bacteriana (EFB) maior que 95%, conforme norma da AORN. Tripla camada com filtro, clip nasal de alumínio com aproximadamente 14 cm de comprimento, solda eletrônica. Fixadores elásticos laterais. Pacote com 50 unidades.

### **II - ANÁLISE TÉCNICA – ITEM 32 – EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO POR NORMAS TÉCNICAS**

#### **Descrição do item 32:**

Máscara descartável com clip, eficiência de filtragem bacteriana (EFB) maior que 95%, conforme norma da AORN. Tripla camada com filtro, clip nasal de alumínio com aproximadamente 14 cm de comprimento, solda eletrônica. Fixadores elásticos laterais. Pacote com 50 unidades.

## NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS NORMAS TÉCNICAS

1. **ABNT NBR 15052:2021** – Máscaras cirúrgicas – Requisitos e métodos de ensaio: Essa norma é fundamental para garantir a qualidade do produto, estabelecendo parâmetros como eficiência de filtração bacteriana (BFE), pressão diferencial, eficiência de filtração de partículas submicrônicas e resistência à propagação de chama.

### Relevância para o item:

- O item cita eficiência de filtração bacteriana (EFB) > 95%, o que está alinhado à exigência da ABNT NBR 15052:2021 para máscaras cirúrgicas.
- A ausência da apresentação dos laudos conforme esta norma impede a comprovação formal de que a máscara atende a esses requisitos essenciais.

2. **ISO 10993** – Avaliação biológica de dispositivos médicos: Esta série de normas exige testes de biocompatibilidade, como citotoxicidade, irritação cutânea, sensibilização e, especialmente, a **isenção de látex**, importante para garantir segurança aos usuários com alergia ao látex.

### Relevância para o item:

- Embora o item não mencione explicitamente a necessidade de laudos de biocompatibilidade, a legislação vigente e a norma ABNT NBR 15052:2021 (item 6) estabelecem essa obrigatoriedade para produtos em contato com a pele.
- A ausência desses laudos compromete a avaliação da segurança do produto quanto a possíveis riscos biológicos e alergênicos.

3. **ABNT NBR 14873:2022** – Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE): Esta norma especifica os métodos para medir a eficiência da filtração bacteriana, parâmetro crucial para máscaras descartáveis que visam proteção contra agentes biológicos.

### Relevância para o item:

- O item 32 exige eficiência de filtração bacteriana superior a 95%, o que requer a apresentação de laudos segundo ABNT NBR 14873:2022 para comprovação técnica.
- A falta de laudo conforme essa norma impede atestar a conformidade do produto.

## TRECHOS DO ITEM 32 EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS

- "Máscara descartável com clip, eficiência de filtração bacteriana (EFB) maior que 95%, conforme norma da AORN."

Indica preocupação com a filtragem bacteriana, porém o referencial AORN (Association of periOperative Registered Nurses) deve ser complementado com laudos que comprovem a eficiência segundo as normas brasileiras, especialmente ABNT NBR 15052:2021 e ABNT NBR 14873:2022.

- **"Tripla camada com filtro"**  
Conforma o padrão mínimo para máscaras cirúrgicas conforme as normas técnicas, garantindo a eficácia da barreira física.
- **"Clip nasal de alumínio com aproximadamente 14 cm de comprimento, solda eletrônica"**  
Demonstra atenção a detalhes construtivos que contribuem para o ajuste facial adequado, um ponto que impacta diretamente a eficiência do produto.
- **"Fixadores elásticos laterais. Pacote com 50 unidades."**  
Padronização e embalagem condizentes com normas técnicas e regulamentações sanitárias.

Embora o Item 32 descreva características essenciais para o produto, para atendimento pleno das normas técnicas e comprovação da qualidade e segurança, é imprescindível a apresentação dos seguintes documentos:

- Laudos conforme **ABNT NBR 15052:2021**, comprovando eficiência da máscara em testes de filtragem, pressão diferencial, resistência e outros requisitos técnicos;
- Laudos de **biocompatibilidade e isenção de látex**, conforme **ISO 10993**, assegurando que o produto é seguro para contato com a pele e livre de riscos alérgicos;
- Laudos de eficiência de filtragem bacteriana conforme **ABNT NBR 14873:2022**.

Sem esses documentos, não é possível garantir que o produto ofertado atende plenamente às exigências técnicas e sanitárias previstas no edital.

### **III – DAS IRREGULARIDADES APONTADAS.**

#### **Análise dos Laudos Apresentados pela Empresa TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA – ITEM 32**

Ao analisar os laudos apresentados pela empresa **TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA**, para o referido pregão eletrônico (**Item 32**), constatou-se que os documentos técnicos são **inválidos**, pois **não atendem aos níveis exigidos pela ABNT NBR 15052:2021** e não contemplam laudos complementares obrigatórios, como os de **biocompatibilidade** e de **isenção de látex**. As principais **irregularidades** observadas foram:

#### **1. Ausência de laudos de biocompatibilidade – ISO 10993-1**

A empresa **não apresentou os ensaios exigidos pela ISO 10993-1**, referentes à **citotoxicidade, irritação cutânea e sensibilização cutânea**, os quais são **obrigatórios** para comprovar a segurança do produto em contato com a pele humana.

Conforme a **ABNT NBR 15052:2021**, item 6:

*"NOTA: A legislação vigente, entre outros requisitos, determina critérios para a biocompatibilidade (ver ABNT NBR ISO 10993-1), informação sobre presença de látex de borracha natural, rotulagem e embalagem."*

A ausência desses testes compromete a avaliação da **qualidade e segurança** do produto, descumprindo tanto a **norma técnica** quanto as **exigências do edital**.

## **2. Ausência de laudo de isenção de látex – ISO 10993-1**

Não foi apresentado o **laudo de isenção de látex**, documento essencial para assegurar que o produto não contenha **borracha natural**, substância alergênica cuja declaração é **obrigatória**.

Também previsto no item 6 da **ABNT NBR 15052:2021**:  
*"informação sobre presença de látex de borracha natural (...)"*

A omissão desse laudo impede a verificação de conformidade com a **legislação sanitária vigente** e representa risco aos usuários alérgicos.

## **3. Não conformidade nos testes de desempenho da ABNT NBR 15052:2021**

A empresa **não apresentou laudos** referentes aos seguintes testes obrigatórios previstos na **ABNT NBR 15052:2021**, necessários para classificação e aprovação da máscara:

- Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE)
- Pressão Diferencial
- Eficiência de Filtração de Partículas Submicrônicas (0,1 µm)
- Propagação de Chama

Além disso, o **laudo apresentado** não atingiu o desempenho mínimo exigido para os níveis de classificação definidos na norma.

A própria norma, em seu item **5.3.7**, determina:

*"NOTA: A classificação é determinada pelo requisito de menor nível alcançado em qualquer um dos ensaios."*

Sendo assim, o produto apresentado **se enquadra como Nível 0**, ou seja, **não atende a nenhum dos critérios mínimos de proteção exigidos**, sendo tecnicamente **inadequado** para uso nos ambientes a que se destina.

A empresa **TOPDESC** não atendeu aos requisitos fundamentais previstos no edital e nas normas técnicas **ABNT NBR 15052:2021** e **ISO 10993-1**, deixando de apresentar laudos obrigatórios de desempenho e segurança. Dessa forma, o produto ofertado **não possui comprovação técnica suficiente e não deve ser aceito no certame**.

## IV – DO DIREITO

1. A **Lei nº 14.133/2021**, que regula as licitações e contratações públicas, estabelece de forma clara e inequívoca que a exigência de comprovação de habilitação técnica no processo licitatório deve ser cumprida com rigor, como condição essencial para a garantia da legalidade, da segurança jurídica e da isonomia entre os licitantes. O **art. 48, inciso IV**, da referida Lei impõe a obrigatoriedade de comprovação de que os produtos ofertados atendem às normas técnicas pertinentes, o que não ocorreu no caso da empresa **TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA**.
2. Além disso, o **art. 5º, § 2º**, da Lei nº 14.133/2021 prevê que o instrumento convocatório (no caso, o edital) deve ser rigorosamente observado, e qualquer desvio ou falha no cumprimento das suas exigências pode comprometer a validade do certame. A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** também reforça que a não apresentação dos documentos exigidos no edital, especialmente os laudos técnicos e certificações, implica na inadmissibilidade da habilitação do licitante.
3. **Princípio da Isonomia e da Competitividade.**
  - a. A isenção de tratamento entre os licitantes é um princípio essencial das licitações, conforme preceitua o **art. 3º** da Lei nº 14.133/2021. Permitir a habilitação de uma empresa sem a devida comprovação técnica estabelecida no edital gera uma distorção na competição, favorecendo um licitante que não se adequou às exigências legais e prejudicando aqueles que cumpriram todos os requisitos, causando desequilíbrio e comprometendo a legitimidade do processo licitatório.
4. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) também reforça a obrigatoriedade de cumprimento das condições estabelecidas no edital para a habilitação. O TCU tem reiteradamente declarado que a ausência de laudos técnicos, como é o caso da empresa **TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA**, configura vício que compromete a regularidade do processo e exige a inabilitação do licitante.
5. **Proteção à Saúde e Segurança dos Usuários**
  - a. Os produtos licitados, especialmente o **Máscara Descartável com Clip** é Equipamentos de Proteção Individual, de uso imprescindível para a proteção de profissionais da saúde e pacientes. A não apresentação dos laudos técnicos, como exigido pelas normas da ABNT e ISO, coloca em risco a eficácia de proteção dos produtos e, conseqüentemente, a segurança dos usuários.
6. O **art. 42** da **Lei nº 14.133/2021** estabelece que a exigência de documentos técnicos no edital visa garantir a adequação dos produtos às necessidades da Administração. No caso em questão, a falta de comprovação técnica da

conformidade com as normas de biosegurança e de resistência ao rasgo, penetração de patógenos, e biocompatibilidade, entre outras, representa um risco à segurança sanitária dos usuários, o que justifica a necessidade urgente de inabilitação da empresa **TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA.**

#### **7. A Jurisprudência do TCU e a Necessidade de Rigor na Análise dos Laudos**

- a. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem se posicionado de maneira consistente em relação à importância da conformidade técnica dos produtos licitados, especialmente quando se tratam de itens de segurança como os EPIs. O TCU tem reiterado que a falta de apresentação de laudos técnicos indispensáveis, como os exigidos pela **15052:2021** e **ISO 10993**, configura irregularidade grave e justifica a inabilitação da empresa. Em diversas decisões, o TCU tem considerado que a inobservância das exigências de segurança do edital compromete a efetividade da contratação pública e prejudica a credibilidade do processo licitatório.

#### **8. DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA EMPRESA TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA.**

Diante do exposto, requer-se a **inabilitação da empresa TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA**, por descumprimento de exigências **claras e obrigatórias** constantes no **descritivo/edital** e nas normas técnicas aplicáveis, com fundamento no **art. 5º**, da **Lei nº 14.133/2021**, e no próprio **Tribunal de Contas da União** já firmou entendimento de que é **obrigação do gestor exigir comprovação de conformidade com normas técnicas**, sob pena de responsabilização — (Acórdãos TCU nº **325/2020** e nº **1439/2016 – Plenário**). **Norma técnica não é opcional. É requisito mínimo.**

### **V – DO PEDIDO**

Diante de todo o exposto, requer:

1. O recebimento e o conhecimento do presente recurso administrativo, por ser tempestivo e preencher todos os requisitos legais;
2. A suspensão do procedimento quanto ao **Item 32** até a análise definitiva deste recurso;

3. A **inabilitação da empresa TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA** relativamente ao **Item 32**, em razão da **não apresentação dos laudos técnicos completos exigidos** e do **descumprimento das normas regulamentares** aplicáveis;
4. Caso a decisão seja mantida, que o recurso seja encaminhado à **autoridade superior competente**, com fundamento no art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021, para reexame da decisão.

Termos em que, pede deferimento

Brasília/DF, 18 de junho de 2025

CFC COMERCIO DE  
PRODUTOS MEDICOS  
HOSPITALARES  
LTD:38082407000188

Assinado de forma digital por  
CFC COMERCIO DE  
PRODUTOS MEDICOS  
HOSPITALARES  
LTD:38082407000188  
Dados: 2025.06.18 15:48:29  
-03'00'

**CFC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES**





Comissão Permanente de Pregão II

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2025

Processo Licitatório nº: 23.401/2024

Processo Recurso nº: 22.849/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.004/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa especializada para o fornecimento de EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa CFC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 38.082.407/0001-88, com sede na Quadra 03, Conjunto A, Lote 39 - Setor de Indústrias Bernardo Sayão, CEP 71.736-301, Núcleo Bandeirante, Brasília/DF, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.004/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recursos com a data limite de 18/06/2025, tendo a empresa CFC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES manifestado a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 08.

Por uma simples análise do referido recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.



Comissão Permanente de Pregão II

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega em seu recurso contra o resultado do item 32 que a empresa vencedora, TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.064.261/0001-90, fora indevidamente habilitada no certame, uma vez que deixou de apresentar laudos cuja ausência compromete a avaliação da conformidade técnica, segurança e qualidade do produto ofertado. São eles:

- a) Laudo conforme ABNT NBR 15052:2021, que comprove a eficiência da máscara em testes de filtragem, pressão diferencial, resistência à propagação de chama e demais requisitos técnicos.
- b) Laudos de biocompatibilidade e isenção de látex, conforme ISO 10993, garantindo que o produto é seguro para contato com a pele e isento de riscos alérgicos, cuja exigência está implícita pela natureza do produto.
- c) Laudos de eficiência de filtragem bacteriana conforme ABNT NBR 14873:2022, para comprovar a eficácia na filtragem bacteriana.

III. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a recorrente:

- a) O recebimento e conhecimento do recurso administrativo, por ser tempestivo e cumprir os requisitos legais;
- b) A suspensão do procedimento referente ao item 32 até a decisão final sobre o recurso;
- c) A inabilitação da empresa TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA para o fornecimento do item 32, devido à ausência dos laudos técnicos completos e descumprimento das normas aplicáveis;
- d) O encaminhamento do recurso à autoridade superior para reexame da decisão, caso o indeferimento seja mantido, conforme art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA não apresentou contrarrazões dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de divulgação do recurso.



Comissão Permanente de Pregão II

V. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

Diante do exposto, considerando se tratar de questões técnicas, encaminho o presente processo, nos termos do subitem 26.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.004/2025, à Secretaria Municipal de Saúde, para análise dos aspectos técnicos recorridos, nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, a fim de subsidiar a decisão desta Pregoeira.

Nova Friburgo, 1º de julho de 2025.

Karla Braga Machado  
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II  
Matricula: 990.996



**Resposta Técnica do Setor Requisitante ao Recurso Administrativo do pregão eletrônico nº 90.004/2025**

Processo Licitatório nº 23.401/2024, referente ao Edital do Pregão Presencial nº 90.004/2025, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de EPI – Equipamento de Proteção Individual, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **CFC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA**, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, contra os termos da decisão de habilitação (item 32) da empresa **TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA.**, no Pregão Eletrônico n.º 90.004/2025.

Após o recebimento das razões recursais pela Comissão de Pregão da Secretaria de Licitações e Planejamento, o presente recurso foi encaminhado a esta Secretaria, na qualidade de setor requisitante, para subsidiar tecnicamente a decisão do pregoeiro quanto ao recurso interposto.

**I – DA ANÁLISE DO SETOR REQUISITANTE**

**1. Quanto à "habilitação indevida no certame, uma vez que deixou de apresentar laudos cuja ausência compromete a avaliação da conformidade técnica, segurança e qualidade do produto ofertado".**





A empresa recorrida enviou sua proposta formal em conformidade com o **Solicitado no Edital**, indicando o descritivo, marca do produto ofertado, ficha técnica e catálogo. A qual foi analisada pelo corpo técnico e declarado sua conformidade, sendo desnecessária a exigência de informações adicionais não previstas no instrumento convocatório. Recusar a proposta com base em laudos técnicos e normas não solicitadas configuraria **excesso de formalismo**, em desacordo com o princípio da razoabilidade e com a jurisprudência consolidada.

Sendo importante destacar que a ficha técnica apresentada pela vencedora contém as instruções normativas ABNT NBR 15052:2024 e ABNT NBR 14872:2002, bem como o laudo de biocompatibilidade, com eficiência de filtração bacteriana de 99,9%, em acordo com a norma da AORN.

Em caso de documentação detalhada **não previstas no edital**. Não podem ser exigidas nem utilizadas como fundamento para a desclassificação da empresa recorrida, em respeito ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, conforme disposto no artigo 18 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, exigir documentos ou requisitos além dos previstos no edital violaria o **princípio da legalidade** (art. 37 da Constituição Federal) e prejudicaria a competitividade do certame.

A empresa recorrida também enviou **toda a documentação de habilitação exigida no edital**.

Conforme verificado no sistema Compras.gov.br (item 32). A comissão de pregão analisou os documentos e concluiu que a licitante cumpriu os requisitos, resultando em sua habilitação regular. Dessa forma, as alegações da recorrente sobre este ponto **não prosperam**, uma vez que carecem de fundamento técnico e documental.

## II – CONCLUSÃO

Com base nos esclarecimentos apresentados, o setor requisitante entende que:





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A  
D E S A Ú D E

*Secretaria de Saúde*

1. A proposta da empresa recorrida atende aos requisitos do edital.
2. As alegações da recorrente não possuem respaldo técnico ou legal suficiente para justificar a desclassificação da empresa recorrida.

Recomenda-se o **indeferimento do recurso**, mantendo-se a regularidade do julgamento realizado pela comissão de pregão.

Atenciosamente,

**Higor de Barros Pinto**  
Gestão de Processos, Contratos e Convênios  
Matrícula 063.344

**Leslie da Conceição Moura**  
Secretário de Saúde em exercício  
Matrícula 207.520





Comissão Permanente de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2025

Processo Licitatório nº: 23.401/2024

Processo Recurso nº: 22.849/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.004/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa especializada para o fornecimento de EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa CFC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 38.082.407/0001-88, com sede na Quadra 03, Conjunto A, Lote 39 - Setor de Indústrias Bernardo Sayão, CEP 71.736-301, Núcleo Bandeirante, Brasília/DF, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.004/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

I. RESUMO DO RECURSO

Em síntese, a recorrente alegou em seu recurso de fls. 02 a 08 contra o resultado do item 32 que a empresa vencedora, TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.064.261/0001-90, fora indevidamente habilitada no certame, uma vez que deixou de apresentar laudos cuja ausência compromete a avaliação da conformidade técnica, segurança e qualidade do produto ofertado. São eles:



Comissão Permanente de Pregão II

- i) Laudo conforme ABNT NBR 15052:2021, que comprove a eficiência da máscara em testes de filtragem, pressão diferencial, resistência à propagação de chama e demais requisitos técnicos.
- ii) Laudos de biocompatibilidade e isenção de látex, conforme ISO 10993, garantindo que o produto é seguro para contato com a pele e isento de riscos alérgicos, cuja exigência está implícita pela natureza do produto.
- iii) Laudos de eficiência de filtragem bacteriana conforme ABNT NBR 14873:2022, para comprovar a eficácia na filtragem bacteriana.

A empresa TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA, vencedora do item 32, não apresentou contrarrazões.

II. DA ANÁLISE DA SECRETARIA REQUISITANTE

Após análise, a Secretaria de Saúde recomenda o indeferimento do recurso, exarando seu parecer de fls. 12 a 14 no qual destaca que:

- i) A proposta da empresa recorrida está em conformidade com o exigido no edital, contendo descritivo, marca, ficha técnica e catálogo;
- ii) A exigência de documentos não previstos no edital configura excesso de formalismo, violando os princípios da razoabilidade, legalidade e vinculação ao edital, além de prejudicar a competitividade do certame;
- iii) A ficha técnica apresentada pela recorrida atende às normas ABNT NBR 15052:2024, ABNT NBR 14872:2002 e apresenta laudo de biocompatibilidade com 99,9% de eficiência, conforme norma AORN;
- iv) A empresa recorrida enviou toda a documentação de habilitação exigida no edital.

III. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Considerando todo o exposto nos autos do presente processo, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiada pela manifestação da secretaria requisitante às fls. 12 a 14, sem nada mais a evocar, CONHEÇO do recurso interposto por CFC COMÉRCIO DE





Comissão Permanente de Pregão II

PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.004/2025, e, no mérito, NEGO PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 11 de julho de 2025.

KARLA BRAGA MACHADO

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matrícula 990.996



S E C R E T A R I A  
D E S A Ú D E

Secretaria Municipal de Saúde

Proc. 22849/2025

## DESPACHO

Em atenção aos termos exarados pela Ilma. Comissão de Pregão às fls. 15/17 no processo administrativo nº22849/2025, pugno pelo Indeferimento do Recurso, ora interposto pela empresa CFC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, acompanhando na íntegra as razões esposadas pelo Ilmo. Pregoeiro, nos termos indicados a Manifestação supramencionada.

Nova Friburgo/RJ, 11 de julho de 2025.

Leslie da Conceição Moura  
Secretário de Saúde em exercício  
Matrícula 207.520

